JORNAL DAS
ALAGOAS

R$ 1,00 | Alagoas, 20 de agosto | Ano 3 | Nº 595 | 2021 | www.jornaldasalagoas.com.br

APÓS AÇÃO DO MP,

VEREADORES TERÃO QUE COLOCAR NOTAS EM PRESTAÇÕES DE CONTAS DAS VERBAS

Recomendação foi fruto de procedimento preparatório do Ministério Público, mas foi logo acatada pela Câmara de Maceió

O Ministério Público do Estado de Alagoas encaminhou, à Câmara Municipal de Maceió, uma recomendação para que o Poder Legislativo apresente, na prestação de contas dos vereadores, todas as notas fiscais referentes aos gastos que são indenizados por meio da verba de gabinete. De acordo com o órgão ministerial, a Mesa Diretora da Casa de Mário Guimarães aceitou o pedido do MPE. A Verba Indenizatória de Atividade Parlamentar (VIAP) é um recurso ao qual todo vereador tem direito para ressarcir os gastos do mandato. O valor máximo é de R$ 10 mil por mês. A recomendação surge por conta do procedimento preparatório de inquérito civil público de número 06.2020.00000399-3, da 16ª Promotoria de Justiça da Capital explicou que a publicidade nos gastos públicos é uma obrigação dos poderes constituídos e está prevista tanto na Constituição Federal quanto na Lei de Acesso à Informação, de número 12.5272011. **Página 4**

Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Bolsonaro segue Constituição e espera o mesmo dos outros Poderes, diz ministro

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) age dentro dos limites da Constituição Federal e espera que os demais Poderes também joguem nas quatro linhas, afirmou o ministro da Secretaria-Geral, o general Luiz Eduardo Ramos. As declarações foram dadas em meio a atritos de Bolsonaro com o STF (Supremo Tribunal Federal). No último fim de semana, o presidente disse em redes sociais que levaria ao Senado um pedido de abertura de processo de impeachment contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, que também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Ex-ministro da Secretaria de Governo e da Casa Civil, Ramos compareceu à comissão de Fiscalização Financeira e Controle para prestar esclarecimentos sobre reunião para discutir a situação dos madeireiros investigados pela Operação Handroanthus, da Polícia Federal. **Página 6**

Maia junta denúncias para abrir CPI contra o governo Renan Filho

O deputado Davi Maia subiu o tom na oposição ao governo de Renan Filho. O parlamentar tem utilizado a tribuna e suas redes sociais para tentar dar vazão a denúncias contra o Executivo estadual, sejam as que envolvem a Saúde ou o suposto "gabinete fantasma": o conjunto de servidores nomeados para a Vice-Governadoria sem que o Executivo tenha vice-governador. O objetivo é direcionar todas as informações colhidas por ele no sentido de fortalecer um pedido, que existe na ALE para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar o uso de verbas federais no combate à Covid-19 em Alagoas. Inclusive com questionamentos sobre uso de recursos de outras pastas. **Página 5**

Cocadas vira Patrimônio Imaterial de Alagoas

Página 8

Paulo Guedes defende modernizar Mercosul

Página 7

Governo antecipa 3,9 milhões de doses de vacinas

Página 12

OPINIÃO

EDITORIAL

Transparência e combustíveis

Essa semana alguns consumidores procuraram o Jornal das Alagoas informando que não estão observando nas notas fiscais emitidas pelos postos de combustível o detalhamento dos impostos que são pagos por eles ao abastecerem o tanque de seus carros.

Um absurdo.

É válido lembrar que, em fevereiro desse ano, o governo federal emitiu um decreto que obriga os postos revendedores a informar aos consumidores os preços reais e promocionais dos combustíveis, bem como a composição do preço.

É uma forma de se buscar a transparência. O ideal é que as políticas públicas em relação ao assunto conduzam a cada vez mais transparência ao consumidor, ainda mais nesse momento em que há uma vigilância sobre os constantes aumentos que os combustíveis estão tendo.

O governo federal – diante do atual cenário conturbado da economia e de outros fatores que implicam nos preços dos combustíveis, que é um quesito que interfere na inflação – buscou zerar impostos.

Todos sabem, infelizmente, o peso dos estados nas costas dos contribuintes. E quando falamos do estado, aqui nesse texto, estamos falando na esfera federal, estadual e municipal. A luta tem que ser conjunta e os estados da federação – inclusive Alagoas – precisam dar a sua contribuição na busca pela redução dos impostos.

Para que o consumidor tenha consciência do que paga, é fundamental a transparência. O decreto federal foi um avanço nesse sentido. Na época, o decreto registrava o seguinte: "Os consumidores têm o direito de receber informações corretas, claras, precisas, ostensivas e legíveis sobre os preços dos combustíveis automotivos no território nacional", diz o decreto.

As informações sobre as estimativas de tributos devem estar em painel afixado em local visível e deverá conter o valor médio regional no produtor ou no importador; o preço de referência para o ICMS, que é um imposto estadual que incide sobre mercadorias e serviços, inclusive combustíveis; o valor do ICMS; o valor das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins, que são impostos federais incidentes sobre os combustíveis; e o valor da Cide, outra contribuição federal sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural, derivados e álcool etílico combustível.

Falta isso, no entanto, na nota fiscal.

Em nota, em relação ao decreto da época, a Secretaria-Geral da Presidência explicou que a medida dará ao consumidor a "noção sobre o real motivo na variação de preços" dos combustíveis. "Como a oscilação está atrelada aos preços das commodities [produtos primários] no mercado internacional, e suas cotações variam diariamente, o consumidor muitas vezes não compreende o motivo da variação no preço final", diz a nota.

O decreto assinado por Bolsonaro também obriga os postos a informarem os descontos vinculados ao uso de aplicativos de fidelização. Nesse caso, deverá ser divulgado o preço real, de forma destacada; o preço promocional, vinculado ao uso do aplicativo; e o valor do desconto, que poderá ser pelo valor real ou percentual.

Os estados também podem adotar maior transparência na composição do preço e também entrar na luta para buscar mudanças na pauta fiscal. É válido lembrar que o ICMS é o maior "vilão" na composição desse preço.

É preciso ficar de olho nas regras exigidas no decreto. De acordo com o artigo 4 da lei, o painel com o preço detalhado do combustível deve conter: O valor médio regional no produtor ou no importador; O preço de referência/valor do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação); O valor da contribuição do PIS/Pasep (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e Confins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); O valor do CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível.

JORNAL DAS ALAGOAS

EXPEDIENTE

Jorge Luiz
Diretor-Executivo

Luis Vilar
Editor-Geral

Para anunciar
(82) 98812-4111

CNPJ
33.009.776/0001-21

Endereço
Rua Engenheiro Mario de Gusmão, número 988, sala 136, Edif. Record Offices, Bairro Ponta Verde - Maceió/ Alagoas - CEP: 57.035-000

E-mail
contatojornaldasalagoas@gmail.com

Site
www.jornaldasalagoas.com.br

OPINIÃO

ARTIGO | Fernanda Silva*

Seja Grato e revele o melhor que há em você!

Já se pegou olhando uma paisagem ou lembrando de um momento especial na sua vida, e quando se deu conta estava com seu peito expandido e um leve sorriso no rosto?

A neurociência explica porque isso acontece! Quando nos deparamos com uma bela imagem, uma boa lembrança, ou algo que nos traz felicidade, sentimos em nosso corpo o que chamamos de bem-estar e gratidão! O nosso cérebro nesse momento ativa o sistema de recompensa, que possui em sua estrutura o Núcleo Accumbens("Gerador de prazer e da impulsividade"), essa estrutura fica localizada em nosso sistema límbico (responsável pelas emoções e comportamento), que através dos circuitos neurais liberam em nosso corpo os bons efeitos da dopamina (neurotransmissor que aumenta nossos níveis de prazer e autoestima) e da ocitocina (hormônio do afeto), quando esses sentimentos passam a ocorrer em uma frequência maior, tendemos a aumentar o prazer pela vida e ir em busca de nossos sonhos e objetivos, ou seja, direcionamos de maneira positiva nossos impulsos e comportamentos.

O que todos nós seres humanos desejamos profundamente é ser feliz, e ser feliz implica em se sentir grato pelo que se possui, quanto mais cultivamos o sentimento de gratidão genuíno pelo que já possuímos, mais aprendemos a valorizar o momento presente. Muitas vezes o que ocorre, é que projetamos para o futuro o sentimento de felicidade e gratidão, criando uma expectativa de que quando realizarmos nossos sonhos e desejos, daí sim poderemos sentir gratidão e felicidade, porém, deixamos passar despercebidos os momentos que nos rodeiam, olhar o pôr do sol, encontrar alguém que amamos, apreciar a natureza, receber ou mandar uma mensagem de carinho, rir de nós mesmos, se alegrar com nossas conquistas, apreciar o nosso processo, tudo isso pode está ao nosso alcance, faz parte de nossa vida, basta sermos gratos! Não estou dizendo que com isso não teremos mais nenhuma dificuldade na vida, porém, o sentimento de gratidão nos permite compreender melhor os nossos desafios, nos preparando para comportamentos de ação e não mais reativos.

Ao praticar a gratidão constantemente, estamos desenvolvendo em nosso sistema cerebral uma nova estrutura mental, isso acontece porque a todo momento ocorre a neuroplasticidade (capacidade do sistema nervoso de mudar e adaptar-se as novas estruturas mentais), podemos assim dizer que através da neurociência, todo processo constante de aprendizado pode sim modificar nossos pensamentos e consequentemente comportamentos e ações.

Aproveite esse momento e seja grato por poder ler e aprender mais a cada dia!

* É Pedagoga

EM ALTA

O Programa de Recuperação Fiscal (Profis) para extinção de créditos tributários do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) já é um sucesso. Após 15 dias de seu início, já foram pagos 1.465 débitos e arrecadado R$ 634.442,84.

Os interessados podem efetuar o pagamento em prestação única, com redução de 10% do valor do imposto e de 100% do valor da multa e dos juros. O período de adesão segue disponível até o dia 29 de outubro. O Programa engloba dívidas de IPVA relativas a fatos geradores ocorridos entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2020. Para ter acesso às condições especiais de regularização do imposto, basta acessar o site da Sefaz e clicar no banner "Redução de débitos do IPVA 2016 – 2020". É possível dividir o débito em seis parcelas, mas sem o desconto. Vale frisar que é necessária a regularização do imposto para licenciar o veículo dentro do prazo anual.

EM BAIXA

A Polícia Federal deflagrou na manhã de ontem uma operação que investiga o recebimento ilícito de valores por parte de servidores públicos federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para não fiscalizarem o processamento de produtos de origem animal. Cerca de 12 policiais federais cumpriram mandados judiciais de busca e apreensão, expedidos pela 11ª Vara Federal Criminal, nas cidades de Goiânia e Palmeiras de Goiás (GO). Segundo a PF, a investigação teve início em julho de 2018, por meio de denúncia encaminhada ao ministério sobre uma suposta atividade criminosa envolvendo servidores públicos agropecuários e um frigorífico da cidade de Palmeiras de Goiás. Também foi apurado que auditores fiscais da pasta emitiam certificados sanitários com data retroativa, sugerindo a falta de fiscalização "in loco" dos produtos de origem animal comercializados. A ação foi batizada de Operação A Posteriori.

MACEIÓ

LEGISLATIVO | Recomendação segue, conforme órgão ministerial, o que é previsto na Constituição Federal

MP quer que vereadores coloquem notas fiscais em prestação de contas de verbas

Redação

O Ministério Público do Estado de Alagoas encaminhou, à Câmara Municipal de Maceió, uma recomendação para que o Poder Legislativo apresente, na prestação de contas dos vereadores, todas as notas fiscais referentes aos gastos que são indenizados por meio da verba de gabinete. De acordo com o órgão ministerial, a Mesa Diretora da Casa de Mário Guimarães aceitou o pedido do MPE.

A Verba Indenizatória de Atividade Parlamentar (VIAP) é um recurso ao qual todo vereador tem direito para ressarcir os gastos do mandato. O valor máximo é de R$ 10 mil por mês. A recomendação surge por conta do procedimento preparatório de inquérito civil público de número 06.2020.00000399-3, da 16ª Promotoria de Justiça da Capital explicou que a publicidade nos gastos públicos é uma obrigação dos poderes constituídos e está prevista tanto na Constituição Federal quanto na Lei de Acesso à Informação, de número 12.5272011.

A Recomendação nº 02/20 foi expedida pelo promotor de Justiça Marcus Rômulo Maia de Mello, da 16ª Promotoria de Justiça, com atribuição para atuar na área da Fazenda Pública Municipal. Segundo ele, a necessidade do documento se deu após o recebimento de denúncia de que os vereadores da Câmara de Maceió estariam se recusando a tornar públicos os gastos da verba de gabinete. "A recomendação teve origem na representação encampada junto à Ouvidoria do Ministério do Público, dando conta de que a Câmara de Maceió tem impedido o acesso aos dados da VIAP, incluindo as notas ficais referentes aos gastos dos gabinetes dos vereadores. A pessoa responsável pela denúncia ressaltou que, durante visita à sede da instituição, foi impedida de ter acesso aos documentos, sob a justificativa de que seria necessária prévia autorização do presidente para tal análise documental", lembrou o promotor.

Promotor Marcos Rômulo expediu a recomendação à Câmara de Maceió

"De imediato, instauramos um procedimento para apurar a veracidade do conteúdo e ressaltamos à presidência da Câmara que aquele poder não poderia se recusar a passar tais informações, uma vez que esse ato seria uma violação ao direito constitucional a informações públicas, além de se configurar em prática de ato de improbidade administrativa pelo agente público responsável. Também destacamos que a Lei nº 12.527/2011, de acesso à informação, que ganhou o apelido de LAI, também obriga essa tipo de publicidade", acrescentou.

De acordo com a 16ª Promotoria, a LAI disciplina, dentre outras coisas, que órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível e que, em isso não sendo possível de forma imediata, que a instituição deverá, em prazo não superior a 20 dias, comunicar ao interessado a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.

Prefeitura lança políticas públicas para população em situação de rua

No Dia Nacional de Luta da População de Rua, a Prefeitura de Maceió lançou iniciativas de políticas sociais para atender ao público que vive em situação de vulnerabilidade na cidade. Na manhã de ontem, foram apresentados para a sociedade civil o Plano Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação em Rua e o funcionamento do Programa Nova Chance.

Para o biênio 2021 a 2023, as ações do Município quanto ao atendimento da população de rua serão norteadas pelo Plano Intersetorial, que será constituído como documento de referência para a organização e acompanhamento das políticas públicas.

"Esse plano teve uma construção de forma conjunta com toda a sociedade civil, assim como os setores públicos do município. Tudo que foi proposto somente será possível a execução com engajamento e compromisso de todos. O prefeito JHC tem incentivado a toda sua equipe fazer de Maceió uma cidade de todos nós, com inclusão ao mercado de trabalho para que as pessoas possam a ter sua dignidade de volta e vamos em busca desses resultados", disse Fábio Rogério, assessor de Políticas Sociais.

Presente à solenidade de lançamento, o vice-prefeito Ronaldo Lessa, lembrou que as diferenças sociais na capital alagoana ainda são grandes e causam forte desafio para os gestores, que precisam além de ter um olhar obrigatório para as minorias, precisam exercer o olhar de amor ao próximo.

"O prefeito JHC tem um compromisso que exige equilíbrio. A diferença social ainda é muito grande em Maceió, por isso a nossa missão é muito grande. Vamos trabalhar para esse programar avançar e trazer grandes sonhos para todos", reforçou Ronaldo Lessa.

A proposta do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua é fazer com que as metas presentes no Plano Municipal possam mudar a realidade desse público.

O presidente do Comitê, o advogado Daniel Gueiros, enfatizou que a sociedade civil trabalhou incansavelmente para construir as propostas de acordo com a realidade dos mais de três mil moradores de rua existentes na capital. Ao todo foram apresentadas 56 propostas das Secretarias Municipais de Governo, Assistência Social, Saúde, Educação, Turismo e Esporte, Trabalho e Abastecimento. "Nada do que estar proposto no Plano saiu sem a participação ativa do Movimento da População de Rua em Maceió. Precisamos do engajamento de todos para que as ações do Comitê sejam legitimadas e possamos, de forma integrada, garantir melhorias nas condições de vida e na garantia dos direitos da população de rua", destacou Gueiros.

O Nova Chance é um programa que oferta cursos de qualificação profissional para a população em situação de rua, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Neste primeiro momento os cursos serão nas áreas de construção civil, hotelaria e gastronomia. Os alunos terão estágio prático na própria Secretaria e, logo após, serão inseridos no mercado de trabalho.

Para o secretário de Assistência Social, Carlos Jorge, o Nova Chance é um grande laboratório para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. "Vamos trabalhar nessas pessoas a ressocialização emocional, de ascensão social e trazer essa vida da rua para um ambiente de dignidade. O programa vem aí para oportunizar essas vidas para qualificação profissional", afirmou Carlos Jorge.

ALAGOAS

PARLAMENTO | Parlamentar quer usar argumentos para pressionar colegas a assinarem requerimento de Comissão

Maia junta volume de denúncias contra governo para tentar abrir CPI em AL

O deputado estadual Davi Maia (Democratas) subiu o tom na oposição ao governo de Renan Filho (MDB). O parlamentar tem utilizado a tribuna e suas redes sociais para tentar dar vazão a denúncias contra o Executivo estadual, sejam as que envolvem a Saúde ou o suposto "gabinete fantasma": o conjunto de servidores nomeados para a Vice-Governadoria sem que o Executivo tenha vice-governador. O objetivo é direcionar todas as informações colhidas por ele no sentido de fortalecer um pedido, que existe na Casa de Tavares Bastos há um bom tempo, para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar o uso de verbas federais no combate à Covid-19 em Alagoas.

Luis Vilar
Editor-geral

As denúncias incluem questionamentos sobre uso de recursos de outras pastas. Maia tenta o caminho que foi percorrido por alguns oposicionistas à governadora Fátima Bezerra (PT), no Rio Grande do Norte. Por lá, os deputados conseguiram instalar a CPI que tem como principal alvo o Consórcio Nordeste e a "famosa" compra dos respiradores que nunca chegaram.

Essa também foi uma das primeiras denúncias de Davi Maia, ainda no ano passado. Afinal, o governo estadual alagoano também se encontra entre os compradores do processo organizado pelo Consórcio.

No entanto, em Alagoas, o desafio de Maia é a correlação de forças. O único outro parlamentar efetivamente de oposição na Casa é Cabo Bebeto (PTC). Logo, a bancada governista tem força o suficiente para isolar a oposição e deixá-la apenas com o discurso.

Davi Maia, entretanto, passa a apostar na pressão junto aos pares, expondo o volume de denúncias que passe a incomodar o parlamento. Foram levados, em uma recente sessão ordinária, uma série de indícios de supostas irregularidades.

Se as denúncias de Davi Maia possuem razão no mérito, é algo que só uma investigação poderá dizer. Uma CPI poderia contribuir. Essa semana, Maia foi para além do assunto "Consórcio Nordeste".

Agora, o alvo do parlamentar é o secretário Executivo da Saúde, Marcos Ramalho.

De acordo com Maia, o servidor teria recebido R$ 70 mil/mês por somar ao salário uma série de plantões. O problema é que Ramalho – ainda segundo Maia – teria aprovado seus próprios plantões. Alguns em dois locais ao mesmo tempo.

O deputado do Democratas suspeita de que Ramalho não estaria comparecendo ao trabalho, mas, ainda assim, levando o dinheiro público. Para Maia, mais um problema envolvendo a Saúde que justificaria uma CPI.

O assunto caiu como uma bomba na Assembleia Legislativa. Davi Maia praticamente teve apenas o apoio apenas de Cabo Bebeto, como já era esperado.

Toda a bancada governista se insurgiu e saiu em defesa de Marcos Ramalho.

A pressão agora está com o Legislativo.

Carlos Villa Verde

Davi Maia tem apresentado denúncias, mas bancada governista é em maior número e abertura de CPI pode não ocorrer

Sefaz divulga quais tipos de veículos estão dispensados de pagar o IPVA

Nataly Lopes
Agência Alagoas

A Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (Sefaz/AL) disponibilizou os veículos usados dispensados do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), correspondente ao exercício de 2021, nos termos da Lei nº 8.469, de 15 de julho de 2021. A Instrução Normativa SEF Nº 43/2021 está no Diário Oficial do Estado de ontem.

Esta é umas das medidas do pacote de apoio ao enfrentamento da crise causada pela Covid-19 no início deste ano. A dispensa somente se aplica aos veículos de propriedade de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, serviços ambulantes de alimentação e serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada; hotéis e similares; natural ou jurídica permissionária de serviço de transporte escolar; e jurídicas inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo.

O Superintendente Especial da Receita Estadual, Francisco Suruagy, informa que essa medida está de acordo com a Lei 8.469 que dispensou o IPVA dos bares, restaurantes, hotéis e similares, além dos transportes escolares municipais e prestadores de turismo. "Foi uma forma do Governo de Alagoas reconhecer os prejuízos, como também fomentar o restabelecimento das atividades desses setores que foram afetados pelo período da pandemia", reforça.

Segundo o documento, os proprietários de transporte escolar devem enviar um e-mail para sure@sefaz.al.gov.br, até o dia 30 de setembro de 2021, contendo as seguintes informações: no campo assunto: "dispensa pagamento IPVA transporte escolar"; documento, em PDF, do veículo e de identificação com foto do proprietário ou do sócio ou empresário individual, conforme o caso; documento, em PDF, do ato constitutivo atualizado da pessoa jurídica, se for o caso; documento, em PDF, que comprove a permissão.

Os proprietários de veículos não relacionados no endereço eletrônico da Sefaz/AL também devem encaminhar um e-mail para sure@sefaz.al.gov.br, até o dia 30 de setembro de 2021, contendo os seguintes dados: no campo assunto: "dispensa pagamento IPVA bar/restaurante; ou hotel/similar; ou serviço turístico", conforme o caso; documento, em PDF, do veículo e de identificação com foto do sócio ou empresário individual; documento, em PDF, do ato constitutivo atualizado da pessoa jurídica.

JORNAL DAS ALAGOAS

EXECUTIVO | General Luiz Eduardo Ramos assegurou ainda que as eleições de 2022 serão realizadas

Bolsonaro segue Constituição e espera o mesmo dos outros Poderes, diz ministro

Folha Press

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) age dentro dos limites da Constituição Federal e espera que os demais Poderes também joguem nas quatro linhas, afirmou o ministro da Secretaria-Geral, o general Luiz Eduardo Ramos. As declarações foram dadas em meio a atritos de Bolsonaro com o STF (Supremo Tribunal Federal).

No último fim de semana, o presidente disse em redes sociais que levaria ao Senado um pedido de abertura de processo de impeachment contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, que também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Ex-ministro da Secretaria de Governo e da Casa Civil, Ramos compareceu à comissão de Fiscalização Financeira e Controle para prestar esclarecimentos sobre reunião para discutir a situação dos madeireiros investigados pela Operação Handroanthus, da Polícia Federal.

Na audiência, o ministro foi pouco questionado sobre a ação da PF. A maior parte das perguntas tratava do risco de ruptura democrática, sobre eleições de 2022 e ações do governo de Jair Bolsonaro no enfrentamento à pandemia.

Ramos defendeu o presidente e afirmou que Bolsonaro

Ramos defende que as eleições serão realizadas normalmente em 2022

age dentro das quatro linhas da Constituição Federal. "E ele está agindo. O que ele espera é que os outros Poderes também estejam jogando dentro das quatro linhas. É bom que se esclareça isso", afirma.

O ministro afirmou ainda que, enquanto esteve na ativa do Exército, até julho de 2020, teve contato direto com o alto comando militar.

"Em nenhum momento ouvi de qualquer integrante do alto comando qualquer coisa com a quebra do estado democrático de direito. Isso aí é muito imprensa", defendeu.

Ramos assegurou ainda que as eleições de 2022 serão realizadas. "Eu tenho tanta certeza de que elas vão ocorrer, e eu estou dizendo, pode ser que eu seja cobrado ano que vem, que o vitorioso será Jair Messias Bolsonaro, diferente de institutos de pesquisas que eu não acredito", afirmou.

PF deflagra operação contra fraudes e lavagem de dinheiro

Flávia Albuquerque
Agência Brasil

A Polícia Federal (PF) cumpriu ontem quatro mandados de busca e um de apreensão na capital paulista e na cidade de Itaquaquecetuba como parte de uma operação para reprimir crimes contra o sistema financeiro e a lavagem de dinheiro. Os mandados cumpridos em São Paulo estão ligados ao endereço do principal alvo, preso ontem, outros dois, também em São Paulo, são de empresas de fachada e o de busca e apreensão em Itaquaquecetuba está ligado a uma empresa também relacionada com os crimes.

A Operação Evolutio, segunda fase da Operação Black Flag tem o objetivo de esclarecer os crimes financeiros praticados pela organização criminosa identificada na primeira fase e as circunstâncias em que se os crimes aconteceram, causando prejuízo à empresa de fomento mercantil Desenvolve SP, vinculada à Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

A Desenvolve SP é uma instituição financeira do governo estadual que oferece opções de financiamento para empreendedores, com prazos mais longos e taxas de juros mais competitivas. Atua para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas paulistas, financiando os projetos de investimento em ampliações e modernizações, aquisição de máquinas e equipamentos e projetos inovadores.

Após a deflagração da primeira fase, em maio deste ano, e a partir da análise dos documentos apreendidos, a PF e a Receita Federal identificaram a participação direta de uma empresa de fachada na obtenção de financiamentos milionários para suposta aquisição de maquinário pela empresa controlada pelos membros da organização criminosa. "Encontramos na primeira fase um material gigantesco digital relacionado a dezenas de crimes praticados centenas de vezes. Há duas ações penais já em andamento em fase de sentença quatro pessoas continuam presas. Focamos no crime em relação ao Desenvolve porque ali está a origem dos recursos para que a organização criminosa crescesse", explicou o chefe da delegacia da PF em Campinas, Edson de Souza.

Na primeira fase das investigações, a PF entendeu que a Desenvolve-SP foi vítima, porque ainda não se tinha a exata noção de como os crimes haviam sido praticados até então. "Percebemos que não só a Desenvolve como a Caixa e outras instituições financeiras de renome foram vítimas do mesmo golpe. Essas fraudes levaram a empresa de fachada utilizada para os golpes à falência porque era utilizada unicamente para enganar o sistema financeiro", assinalou.

Butantan recebe matéria-prima para 7 milhões de doses de vacina

Ludmilla Souza
Agência Brasil

Um lote de 4 mil litros de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) chegou a São Paulo. A matéria-prima vai viabilizar a produção de 7 milhões de doses da vacina contra a covid-19, a CoronaVac, destinadas ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).

O voo da companhia aérea Turkish Airlines saiu de Pequim (China), fez escala em Istambul (Turquia) e pousou no Aeroporto de Guarulhos, região metropolitana de São Paulo, por volta das 21h.

A matéria-prima, enviada pela biofarmacêutica chinesa Sinovac, parceira do Instituto Butantan, passará pelos processos de envase, rotulagem, embalagem e por um rígido processo de controle de qualidade antes de ser disponibilizada para a população, por intermédio do Ministério da Saúde.

O Butantan já disponibilizou 74,849 milhões de doses ao Ministério da Saúde desde 17 de janeiro, quando o uso emergencial do imunizante foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A última entrega ocorreu na manhã de ontem, com a liberação de mais 2 milhões de doses ao PNI. As vacinas fazem parte do segundo contrato firmado com o Ministério da Saúde, de 54 milhões de doses.

ECONOMIA

AMÉRICA LATINA | Ministro da Economia participou de audiência pública sobre o tema no Senado

Guedes fala em modernizar Mercosul e sugere reduzir a tarifa do bloco

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o Mercosul não tem, para o Brasil, a mesma importância que teve em seu momento inicial, quando foi "uma espécie de trampolim" para o país avançar em termos de competitividade. Segundo ele, o bloco "não está correspondendo às expectativas", ainda que não tenha deixado de ser uma "ferramenta válida e importante". A solução para isso, disse Guedes, passa pela modernização do bloco. As afirmações foram feitas durante audiência pública no Senado, destinada a debater a ampliação e a modernização do bloco constituído por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Pedro Peduzzi
Agência Brasil

"Nos últimos 30 anos, o comércio global aumentou muito e tirou 3,7 bilhões de pessoas da miséria, aumentando a renda per capita. Enquanto isso, nós, quando fomos pioneiros em criar grandes blocos de integração comercial, fomos ficando para trás", disse o ministro ao iniciar sua participação na comissão.

Guedes disse que o Mercosul foi "um grande sucesso" como plataforma para aumentar a integração do bloco e para lançar a economia brasileira na economia global. "Foi uma espécie de trampolim para o Brasil se integrar à economia global", disse o ministro ao lembrar que, entre 1991 e 1998, a participação do Mercosul na corrente de comércio brasileira subir de 9% para 18%. "Depois disso começou a cair", complementou.

"No início foi uma força de sustentação para essa força de integração nossa. Dali pra frente veio descendo e hoje está entre 6% e 7%. É menos da metade do que já foi. O Mercosul não está correspondendo às expectativas que foram lançadas, e depois de um início forte, com a integração regional, foi perdendo a importância ao longo do tempo", argumentou.

Guedes: "O Brasil não pode ser escravo de uma filosofia de protecionismo"

TARIFA EXTERNA

Guedes acrescentou que continua considerando o bloco uma plataforma "válida e importante". "Mas precisamos modernizar essa ferramenta. Essa modernização passa pela redução da tarifa externa comum (TEC) porque estamos acima do resto do mundo, que se integrou. No mundo, ela está, em média, entre 4% e 5%, e no Mercosul está em 13%", disse o ministro em meio a críticas pelas dificuldades que a Argentina tem imposto para essa redução.

No início do ano, o Brasil propôs ao bloco a primeira revisão da TEC, cuja média de alíquotas está em 13,4%. Inicialmente a proposta era de uma redução de 20% dessa alíquota. Posteriormente a equipe econômica brasileira suavizou a redução para 10% em 2021 e outros 10% em 2022 – percentual a ser aplicado sobre a atual alíquota.

Outro ponto que está em discussão é a proposta de flexibilizar as negociações comerciais do grupo regional com outros países, por meio da alteração do Tratado de Assunção, de forma a atenuar a exigência de negociação conjunta dos quatro países membros.

"Não gostaríamos que a cláusula de consenso do Mercosul virasse um veto ou uma cláusula de veto, que diz que se alguém não quer andar, o outro também não pode andar. Nós achamos que o Brasil é grande demais, com grande potencial e desafios enormes. Não podemos ser prisioneiros de um arranjo institucional que não se modernize e degenere o fluxo de comércio. O Brasil não pode virar prisioneiro de uma filosofia de protecionismo e atraso", disse Guedes.

O ministro reiterou que a ferramenta que é o Mercosul não está correspondendo às necessidades brasileira e que, nas conversas com o governo argentino, tem dito que "sem fechar acordo, ou sem que nos acertemos, a ferramenta não fará sentido para nós".

Caixa tem lucro de R$ 10,8 bilhões no primeiro semestre de 2021

A Caixa lucrou R$ 6,3 bilhões no segundo trimestre de 2021. O valor representa aumento de 144,7% na comparação com o mesmo período de 2020. Com o resultado, o lucro total do banco no semestre chega a R$ 10,8 bilhões. Se comparado ao primeiro semestre do ano passado, o lucro do banco aumentou 93,4%. Os números são destaque dos resultados econômicos apresentados pela Caixa.

O saldo na carteira de crédito total obtido no segundo trimestre está em R$ 816,3 bilhões, o que representa crescimento de 13,4%, se comparado ao segundo trimestre de 2020. Já o saldo em poupança apresentou uma evolução de 2,1% em 12 meses, chegando a R$ 371,4 bilhões.

As contratações de crédito imobiliário cresceram 101,3% no primeiro semestre, na comparação com igual período do ano anterior, totalizando R$ 37,4 bilhões. No mesmo período, o volume de contratações Agro aumentou 79,3%, percentual que corresponde a R$ 5,8 bilhões.

Segundo os resultados econômicos da Caixa, foram contratados R$ 17,6 bilhões em crédito consignado no segundo trimestre, valor que é 35,9% maior do que o obtido no primeiro trimestre de 2021.

A economia estimada pelo banco para o triênio 2019-2021 está em R$ 333,6 milhões, com a devolução de 133 imóveis administrativos feitas até junho. As despesas com pessoal caíram 0,6% em 12 meses.

A renegociação de aluguéis, atualizado a Valor Presente Líquido (VPL), possibilitou, ao banco, uma economia de R$ 4,2 bilhões, considerando a perpetuidade dos contratos. Já a devolução dos imóveis – também atualizada a VPL e considerando a perpetuidade dos contratos – representa uma economia de R$ 6 bilhões.

De acordo com o plano de expansão da Caixa, está prevista a inauguração de 268 novas unidades. Destas, 168 voltadas ao atendimento de clientes do varejo e 100 unidades especializadas no agronegócio.

O IPO (da sigla em inglês para oferta pública inicial de ações) da Caixa Seguridade registrou volume financeiro de R$ 5 bilhões. Foram vendidas 17,25% de ações da Caixa Seguridade a 150 mil investidores. Além disso, cinco parcerias estratégicas foram concluídas com essa empresa de seguridade, a um valor total de R$ 9,8 bilhões. Já o desinvestimento total no Banco PAN, controlado conjuntamente pela Caixa Participações S.A., gerou lucro líquido de R$ 2 bilhões.

A margem financeira do banco ficou em R$ 11,1 bilhões, valor 19,7% maior do que o registrado no segundo trimestre do ano passado e 0,8% maior do que o registrado no primeiro trimestre de 2021.

GERAL

ORGULHO | Registro foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Cultural e publicado no Diário Oficial

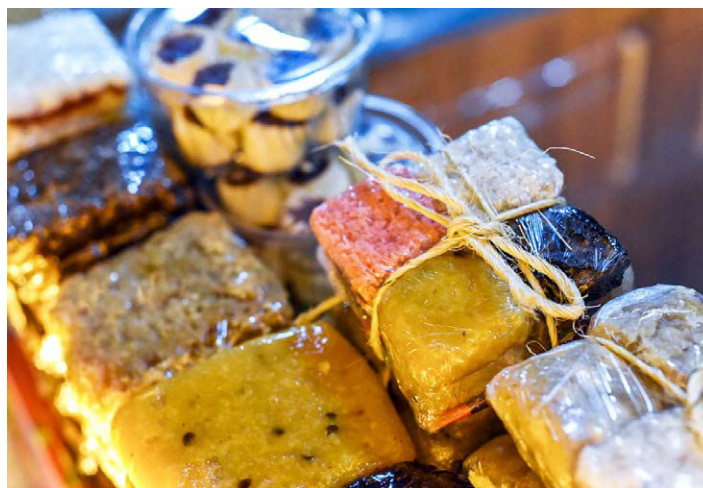
Cocadas da Massagueira recebem título de Patrimônio Imaterial de AL

Daniel Borges
Colaboração

As Cocadas da Massagueira, produzidas no polo gastronômico de Marechal Deodoro, receberam o título de patrimônio imaterial de Alagoas. O registro foi aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura, por unanimidade, em reunião ordinária, e publicado pelo Governo de Alagoas, através da Secretaria de Estado da Cultura (Secult), no Diário Oficial.

O saber-fazer será inscrito no Livro de Registro do Patrimônio Cultural de Alagoas - Categoria I "saberes", ao lado do Camarão do Bar das Ostras, Doce de Caju de Ipioca, Bico e renda Singeleza, Filé, Sururu e Guerreiro Alagoano.

Doce à base de coco e açúcar, as Cocadas da Massagueira são referência histórica e cultural da região metropolitana de Maceió. Elas fazem parte do imaginário coletivo dos moradores, apreciadores e dos visitantes da cidade.

O estudo que embasou a sua aprovação foi coordenado pela pesquisadora do Projeto de Educação Patrimonial de Marechal Deodoro, a arquiteta Josemary Ferrare. "Levados pela singularidade do modo de fazer dos doces de côco em quadros, denominados "Cocadas" na área da Massagueira e pela percepção da sua apropriação entre a comunidade mais local e pelo reconhecimento enquanto referência cultural em todo o município e, até além dele, optou-se pela construção de um Dossiê que assim o registrasse, elegendo-se como objetivo geral da pesquisa", diz a pesquisa.

Doce a base de coco e açúcar fazem parte da história e cultura local

"Além dos aspectos culturais, esse reconhecimento valoriza ainda mais o trabalho das fazedoras de Cocadas de Marechal Deodoro e potencializa a divulgação e a comercialização do produto deodorense", destaca a secretária de cultura, Mellina Freitas.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

O patrimônio imaterial ou intangível é aquele que se relaciona com a maneira como os diferentes grupos sociais se expressam por meio de suas festas, saberes, fazeres, ofícios, celebrações e rituais. As formas tradicionais e artesanais de expressão são classificadas, por serem importantes formadoras da memória e da identidade dos grupos sociais brasileiros, contendo em si, os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade, bem como o caráter não formal de transmissão dos saberes, ou seja: a oralidade.

Conforme o Decreto nº 3.551/2000 e a Lei Nº 7.285/2011, eles se classificam por: Saberes: ofícios e modos de fazer (conhecimentos e modos de fazer enraizado no cotidiano das comunidades); Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Deputado cobra do governo regulamentação da lei que institui a CNH Social

Da tribuna da Assembleia, o deputado Tarcizo Freire (PP) apelou ao Governo do Estado e ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran/AL) que regulamente a lei nº 7.875/2017, de sua autoria, que institui a Habilitação Social, programa social de formação, qualificação e habilitação profissional de condutores de veículos automotores. Freire contou que recebeu em seu gabinete a visita do ex-deputado José Maria Tenório, solicitando informações a respeito da CNH Social. "Essa lei foi aprovada por esta Casa há cerca de cinco anos e até hoje não foi colocada em prática. Já estive na Procuradoria (Geral do Estado) vendo a possibilidade do parecer favorável; estive também com o diretor presidente do Detran e ele pretende colocar essa lei em prática para que o Estado possa contemplar as pessoas que necessitam da CNH", contou Tarcizo Freire.

O deputado lembrou que na maioria dos concursos públicos o Governo exige que o candidato possua CNH, o que, na opinião do parlamentar, gera uma desproporcionalidade na concorrência, uma vez que as pessoas das classes mais abastadas têm condição de tirar ou já possuem o documento. "Mas os mais vulneráveis não. E muitas das vezes só vão tirar uma habilitação quando precisam, chegando a perder o concurso. Para esse último concurso da Polícia Militar e, em Arapiraca, precisei fazer a doação de algumas CNHs para pessoas que realmente não tinham condições de adquirir o documento", disse Freire. O deputado observou que o Detran é um dos órgãos do Estado que mais arrecadam e questionou o porquê de não ofertar a CNH Social para as pessoas de baixa renda. "Alagoas, como um dos estados mais pobres da Federação, já era para estar fazendo essa doação, a exemplo de Pernambuco, Bahia e Espírito Santo", destacou Tarcizo Freire.

Em apartes, os deputados Ronaldo Medeiros (MDB), Cabo Bebeto (PTC) e Inácio Loiola (PDT) colaboraram com o pronunciamento de Freire. Todos defenderam a regulamentação da lei sob o argumento de que irá beneficiar os alagoanos que vivem em situação de vulnerabilidade e querem ingressar no mercado de trabalho. "Esse concurso da PM mostrou que muitas pessoas não tinham condições de tirar a CNH. O Governo precisa ouvir essa reivindicação que beneficiará as pessoas que buscam um emprego, seja através de concurso público ou na iniciativa privada", observou Medeiros.

Na sequência, o deputado Cabo Bebeto criticou o Governo por ainda não ter posto em prática uma lei que foi aprovada há pelo menos cinco anos. "Tenho certeza que se essa lei estivesse em vigor traria muitos benefícios para as pessoas que mais precisam. Certamente a questão financeira dessas pessoas melhoraria", afirmou Bebeto. Já o deputado Inácio Loiola, ao parabenizar Freire pelo pleito, disse não acreditar em desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social e que o Estado avançou muito no que diz respeito a economia. "E esse pleito vem contribuir com o desenvolvimento social do nosso Estado", disse.

ESPORTES

FUTEBOL | Centro Sportivo Alagoano ainda segue tentando fechar com mais um atacante

Cercada de expectativa, direção azulina anuncia a contratação do atacante Nilson

O CSA anunciou a contratação do atacante Nilson, na tarde de ontem. O atleta vai realizar os exames médicos e se aprovado, vai assinar o contrato com o clube azulino.

João Carlos Viana
Minuto Esportes

Nilson tem 30 anos e estava atuando no Hong Kong Pegasus. Pelo clube, ele disputou 18 jogos, marcou sete gols e deu duas assistências. Fora do país, ele também jogou no Jorge Wilstermann-BOL e no Ventforet Kofu do Japão.

No futebol brasileiro, o atacante foi revelado no Vasco acumulou passagens por Santos, Criciúma, Icasa, Bragantino, Cianorte e São Bento.

A direção azulina ainda segue tentando fechar com mais um atacante. Léo Passos é um dos atletas que a diretoria segue negociando.

Azulão fez postagem de boas-vindas nas redes sociais do clube ao seu novo atacante, Nilson

DESTAQUE

Destaque do CSA na temporada, o meia Gabriel concedeu entrevista coletiva e falou sobre o momento do time. O atleta destacou o seu momento com a camisa azulina na Série B.

"Momento bom. Esse ano eu tenho jogado muito bem, tendo uma sequência boa, tenho sido constante", destacou.

Gabriel vem sendo utilizado como ponta nos últimos jogos, pelo técnico Ney Franco e vem tendo boas atuações. O meia falou sobre o seu posicionamento em campo e frisou que prefere atuar como meia.

"Não sou ponta, sou meia. Mas o Ney me usa ali. Trabalhei com ele no Flamengo, a maioria dos treinadores me colocavam como ponta. Não tem problema. Mas eu sou meio-campo, onde eu me sinto à vontade. Se ele me utilizar do lado, não tem problema não", falou.

De Bruyne, Kanté e Jorginho buscam prêmio de melhor jogador da Europa

Alan Baldwin
Reuters

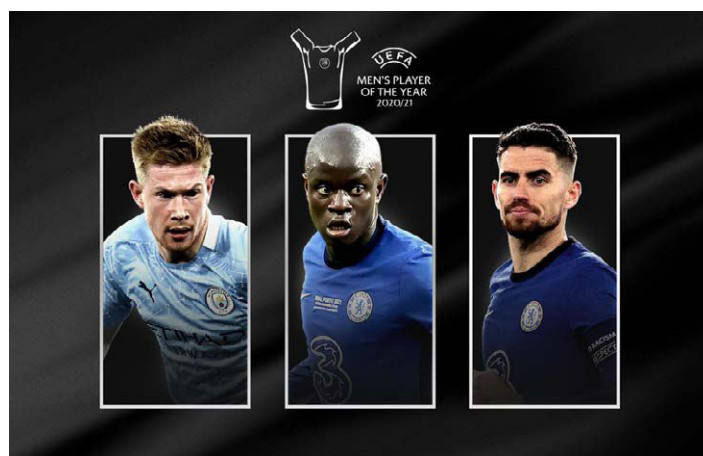
Kevin de Bruyne, do Manchester City, e N'Golo Kante e Jorginho, do Chelsea, são os finalistas na disputa pelo prêmio de melhor jogador da temporada 2020-21 da Uefa, anunciou a entidade responsável pelo futebol europeu, no dia de ontem.

Os três meio-campistas disputaram a Euro 2020: De Bruyne pela Bélgica, Kante com a França e Jorginho com a vencedora Itália. A lista de finalistas é a primeira em 11 anos de existência do prêmio a incluir apenas jogadores de meio-campo.

A Uefa não revelou o número de votos recebidos pelos três. Lionel Messi, do Barcelona, seis vezes vencedor da Bola de Ouro que se mudou do Barcelona para o Paris Saint-Germain, ficou em quarto lugar na lista.

O atacante polonês Robert Lewandowski, do Bayern de Munique, que ganhou o prêmio no ano passado, ficou em quinto lugar, com Gianluigi Donnarumma e Kylian Mbappé, ambos do PSG, em sexto e sétimo.

O melhor jogador inglês foi Raheem Sterling, do Manchester City, em oitavo lugar. Cristiano Ronaldo, atacante de Portugal e da Juventus, ficou em nono, e Erling Haaland, centroavante da Noruega e do Borussia Dortmund, foi o décimo.

Os votos foram dados por treinadores das 24 seleções que participaram da Euro 2020, bem como por 80 treinadores de clubes que atuaram na fase de grupos das competições da Uefa e jornalistas de cada uma das 55 federações da Uefa.

de Bruyne, Kante e Jorginho: Uefa terá o desafio de escolher qual deles foi o grande craque da temporada

O vencedor será anunciado em 26 de agosto, juntamente com a jogadora do ano da Uefa e os vencedores dos prêmios por posição da Liga dos Campeões.

A lista de finalistas ao prêmio feminino é composta por três meio-campistas do Barcelona: Jennifer Hermoso, Lieke Martens e Alexia Putellas.

A lista de finalistas ao prêmio de técnico do ano de time masculino tem como finalistas Pep Guardiola, do Manchester City; Thomas Tuchel, do campeão europeu Chelsea, e Roberto Mancini, da Itália.

A disputa pelo prêmio de técnico de equipe feminina do ano tem dois homens: Lluis Cortes, do Barcelona, e Peter Gerhardsson, da Suécia, contra Emma Hayes, do Chelsea.

CULTURA

MÊS DO FOLCLORE | Projeto leva, de forma lúdica, conhecimento sobre a história do Estado e sobre cinco folguedos populares

Professores podem se cadastrar no Projeto Contando as Histórias de AL

Sidinéia Tavares
Assessoria

Agosto, o mês do folclore, chegou e com ele a etapa de cadastramento de profissionais da educação no 'Projeto Contando as Histórias de Alagoas', do Instituto Boibumbarte de Cultura, teve seu início.

A ação pretende levar conhecimento, através de vídeos lúdicos e revistas eletrônicas, sobre a história de Alagoas e dos seguintes folguedos: pastoril, chegança, coco de roda, guerreiro e bumba meu boi.

O Projeto tem a participação do Guerreiro de Viçosa, do Coco de Roda Xique Xique e do Bumba Meu Boi Lacrau – ambos de Maceió, da Chegança Silva Jardim e do Pastoril Nossa Senhora Mãe dos Homens – situados em Coqueiro Seco.

O material é voltado para o público infanto juvenil e para uso de profissionais da educação, sejam professores, coordenadores pedagógicos, secretários escolares ou de educação.

Através de cada professor, será possível alcançar um número maior de crianças e adolescente. Além de fazer circular informação cultural, de cidadania, de crescimento e fortalecimento de saberes e fazeres de Alagoas.

O material também é de livre acesso para amantes da cultura alagoana, pais e estudantes em geral. Inicialmente, o Projeto era voltado para Maceió, mas, devido a sua dimensão cultural, foi expandido para todo Estado.

Para não perder nadinha e ter acesso ao material no momento de sua publicação, os interessados podem ficar conectados com Instituto Boibumbarte no Instragram @boibumbarte e realizar cadastro no www.boibumbarte.com.br

O projeto "Contando as Histórias de Alagoas" do Instituto Boibumbarte é viabilizado através da Lei Aldir Blanc do Governo Federal – Edital Mestra Hilda da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Maceió.

Alagoas é um dos estados brasileiros com maior número de folguedos populares

LITERATURA

FAMÍLIA | Em "Casamento do reino" casais entendem o papel que desempenham na vida um do outro e no mundo

Verdades práticas para quem deseja viver em plenitude a vida a dois

LC Agência de Comunicação
Assessoria

Em Casamento do reino: O propósito de Deus para a vida a dois, Tony Evans mostra como uma relação conjugal pode transformar-se num sinal especialíssimo da graça e da glória do Senhor à sociedade. Repleto de verdades práticas e insights sobre comportamento, sexo, finanças, cuidado pessoal, trabalho e fé, Casamento do reino trata da vida conjugal a partir de um ponto de vista mais profundo e transformador. Ideal para o casal que deseja evitar conflitos, reajustar o rumo ou reavivar a esperança, traz valores que promovem entendimento, restauração e verdadeira conexão.

FICHA TÉCNICA:

Casamento do reino

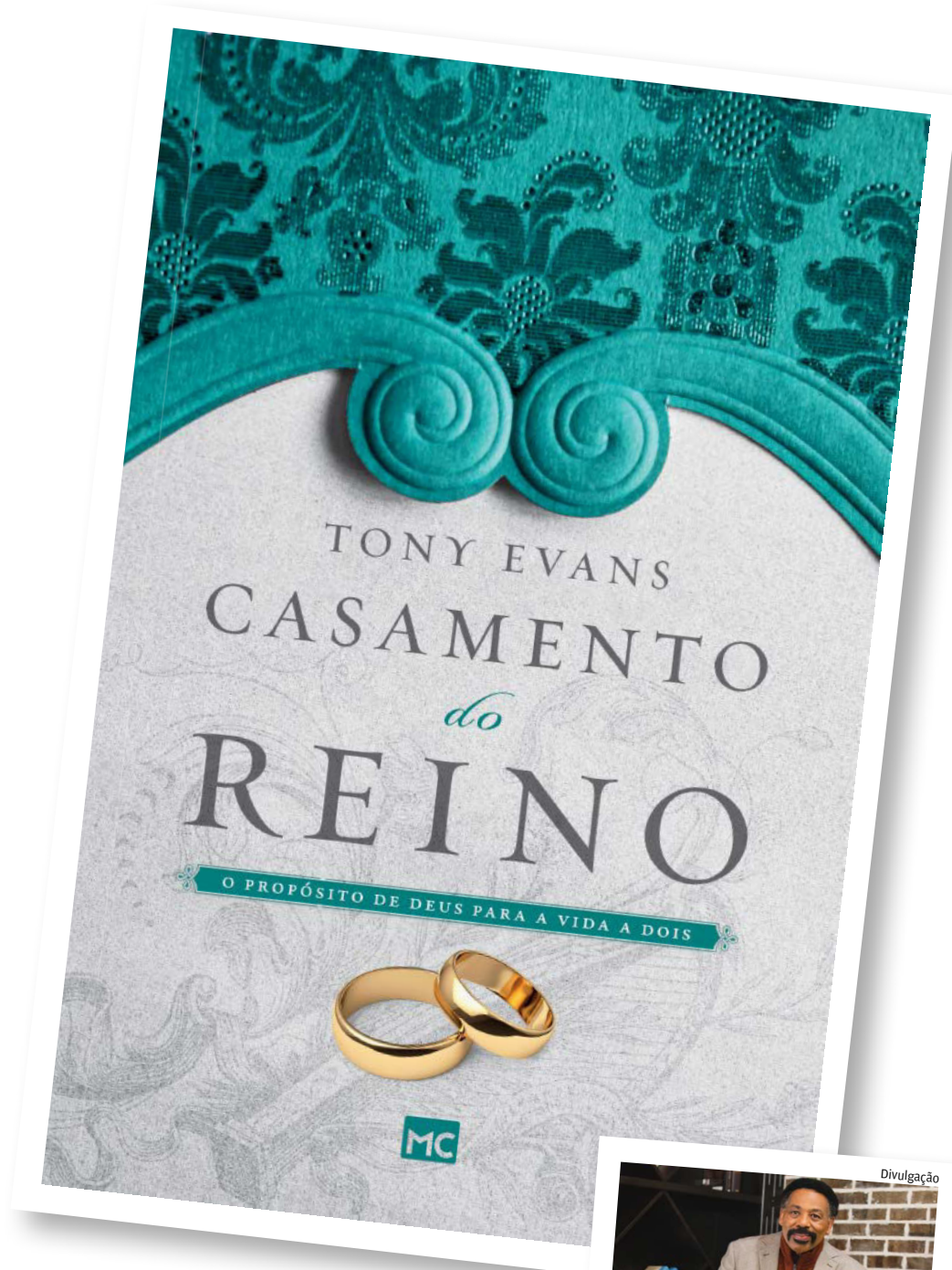
Subtítulo: O propósito de Deus para a vida a dois
Editora: Mundo Cristão
ISBN: 978-65-5988-001-0
Páginas: 240
Formato: 14x21 cm
Preço: R$ 49,90
Link de pré-venda: E-commerce Mundo Cristão e Amazon

Quando duas pessoas oficializam a vida a dois por meio do matrimônio, naturalmente têm como objetivo a felicidade e um relacionamento duradouro, "até que a morte os separe". As estatísticas, porém, mostram uma tendência alarmante: apenas em 2020, o número de divórcios realizados em cartórios no país foi o maior da história: 43,8 mil processos contabilizados pelo Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF).

"Grande porcentagem dos casamentos termina em divórcio, e muitos casais permanecem juntos por motivos econômicos ou práticos, sem amor e sem um propósito em comum. [...]. As emoções mudam, mas o propósito permanece, e é ele que pode unir duas pessoas até que a morte os separe."
(Casamento do reino, p. 14)

Com o intuito de ajudar os casais a entenderem o papel que desempenham na vida um do outro e no mundo, Tony Evans escreveu Casamento do reino: O propósito de Deus para a vida a dois, lançamento da Editora Mundo Cristão. Na obra, Tony aborda aspectos pouco comentados da relação matrimonial agradável e descortina uma nova perspectiva para quem deseja ter êxito nessa experiência que pode ser fascinante.

Repleto de insights sobre comportamento, sexo, finanças, cuidado pessoal, trabalho e fé, Casamento do reino trata da realidade conjugal a partir de um ponto de vista mais profundo e transformador, unindo verdades milenares das Escrituras Sagradas e um vasto repertório de ensinamentos que promovem restauração, conexão e harmonia.

Divulgação

Ideal para casais que desejam evitar conflitos, reajustar o rumo e reavivar a esperança, Casamento do reino traz instrução, inspiração e motivação para que o leitor e a leitora saibam implementar uma nova dinâmica no dia a dia.

SOBRE O AUTOR

Tony Evans é palestrante e autor de dezenas de obras. Doutor em teologia pelo Seminário Teológico de Dallas, exerce há quatro décadas a função de pastor sênior da Oak Cliff Bible Fellowship, igreja que possui mais de dez mil membros. É também presidente do The Urban Alternative, ministério que busca a renovação de igrejas dos Estados Unidos. Tony e Lois, com quem é casado há mais de quarenta anos, têm quatro filhos: Chrystal, Priscilla, Anthony Jr. e Jonathan.

ÚLTIMAS

COVID-19 | Com nova previsão, país terá 68,8 milhões de doses de imunizantes distribuídas no mês

Governo federal antecipa para agosto a entrega de 3,9 milhões de doses

Agência Brasil

O Ministério da Saúde informou ontem que conseguiu antecipar a chegada de mais 3,9 milhões de doses, para o mês de agosto, de vacinas contra a covid-19. Com a nova previsão de entregas, o mês deve fechar com 68,8 milhões de doses disponibilizadas para a população.

Por conta da antecipação, a expectativa é que os laboratórios entreguem 62,6 milhões de vacinas no mês de setembro. De acordo com a pasta, serão 131,4 milhões de doses em dois meses. A medida faz parte do empenho do governo em vacinar toda a população adulta com pelo menos uma dose até o fim de setembro.

Até o momento, 207,4 milhões de doses foram entregues ou estão em processo de distribuição aos estados e municípios para a campanha de vacinação. Dessas, 172,9 milhões já foram aplicadas, sendo 119 milhões de primeira dose e 52,9 milhões de segunda dose ou dose única da vacina.

O andamento da vacinação pode ser conferido na plataforma LocalizaSUS, atualizada diariamente.

Doses antecipadas pelo Ministério da Saúde vão permitir avanço da segunda dose imunização em todo o Brasil

Bolsonaro entrega equipamentos agrícolas a indígenas, em Cuiabá

Andreia Verdélio
Agência Brasil

O governo federal entregou ontem 42 equipamentos agrícolas, como tratores, grades aradoras e semeadeiras, a comunidades indígenas de diversos estados. O ato simbólico aconteceu durante a etapa Centro-Oeste do Seminário de Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade, em Cuiabá, que contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro.

A ação é promovida pela Secretaria de Governo da Presidência da República em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e tem como objetivo discutir a autonomia dos povos indígenas por meio do desenvolvimento de atividades econômicas e impulsionar a produção sustentável nas aldeias. "O que o Estado tem que fazer, por muitas vezes, é não fazer nada para atrapalhar quem queira produzir. Quanto menos Estado mais desenvolvimento", disse Bolsonaro durante o seminário.

Em seu discurso, o presidente também lembrou que, quando assumiu o governo, índios da etnia Paresi tinham multas de cerca de R$ 130 milhões, "assunto já resolvido", segundo ele. "Multar um produtor rural, seja ele qual for, não tem cabimento", disse.

Há alguns anos, os índios Paresi fazem o plantio mecanizado de culturas agrícolas em suas terras, como soja e milho, em parceria com fazendeiros da região de Campo Novo do Parecis, no norte de Mato Grosso. As multas citadas pelo presidente são do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e foram aplicadas após a identificação de irregularidades como cultivo de transgênicos em terras indígenas, impedimento de regeneração natural de florestas e arrendamento de áreas.

De acordo com a Constituição, cabe aos indígenas o usufruto exclusivo de suas terras. Em fevereiro deste ano, o Ibama e a Funai publicaram uma instrução normativa conjunta que abre espaço para a produção agrícola no interior de terras indígenas, não apenas pelos índios, mas também por meio de associações com outros produtores não indígenas.

FUNAI

O presidente da Funai, Marcelo Xavier, defendeu a necessidade de se instituir um sistema diferenciado de desenvolvimento econômico para os indígenas, de acordo com a realidade local. Segundo ele, o extrativismo de itens como castanha, açaí e babaçu, por exemplo, é uma excelente alternativa para geração de renda, já que os indígenas são coletores por natureza.

"Isso mostra que não há potencialidade só de agricultura de larga escala, há também potencialidade de agricultura de pequena escala, como é o caso de coleta de produtos e essências que dão dentro da própria terra indígena. É possível modular isso dentro de cada etnia sem degradação ambiental", destacou.

Segundo Xavier, além dos seminários que visam aproximar indígenas, poder público e iniciativa privada, a Funai tem investido na aquisição de sementes, mudas, insumos, ferramentas e maquinários agrícolas para "fortalecer as atividades produtivas das aldeias".

Além das entregas hoje, o órgão tem previsão de investir mais R$ 2 milhões em maquinários para entregar no ano que vem.